

política

Partidos de esquerda se unem na corrida ao Piratini

Pela primeira vez, unificação ocorre ainda no primeiro turno



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Os principais partidos de centro-esquerda vão disputar as eleições estaduais em uma chapa unificada pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul depois da redemocratização. Após o PSOL oficializar a pré-candidatura de Juliana Brizola (PDT) ao governo do Estado nesta quarta-feira, em uma reunião na qual entregou aos pedetistas uma carta com 10 pontos que devem constar no programa de governo, a coligação liderada por Juliana passa a reunir oito partidos: o PDT, PT, PSOL, PCdoB, PV, Rede, PSB e Avante.

Inclusive, todas as siglas devem participar de um ato conjunto no dia 1º de maio. Na ocasião, a coligação deve oficializar a aliança em torno da chapa composta por Juliana, o vice Edegar Pretto (PT), e os candidatos ao Senado Paulo Pimenta (PT) e Manuela d'Ávila (PSOL). “É um momento histórico, porque é a primeira vez que esse campo popular e democrático constrói uma aliança ampla no primeiro turno. São oito partidos sob a liderança da nossa pré-candidata ao governo do Estado Juliana Brizola”, comemorou Edegar Pretto - que desistiu de concorrer ao Palácio Piratini para ser vice de Juliana.

A reunião na sede dos pedetistas - em que lideranças do PDT, PSOL e PT sentaram-se em torno de uma mesa comprida - encaminhou uma série de encontros a partir da próxima segunda-feira para construir as propostas de campanha de Juliana. Inclusive, o coordenador de campanha da pedetista, o ex-deputado federal Vieira da Cunha, pediu a palavra na reunião para solicitar a indicação de quadros do PSOL e do PT para contribuírem com a tarefa.

Essas reuniões devem incorporar as reivindicações do PSOL e da extinta pré-candidatura de Edegar Pretto. A carta entregue pelo PSOL aos pedetistas inclui dez pontos. Entre eles, estão a luta contra as privatizações no Estado, a valorização do serviço público e a atuação concreta na prevenção de desas-



Lideranças do PSOL entregam propostas à pedetista Juliana Brizola

tres ambientais.

Além da construção do programa de governo, vários nomes reforçaram durante a reunião a necessidade de unidade na campanha. No início do encontro, alguns dirigentes partidários - como o próprio presidente estadual do PDT, Romildo Bolzan Júnior - pareciam ter algum receio de que o apoio crítico do PSOL causasse ruídos durante a campanha. Ele disse que a pré-candidatura não podia correr o risco de ser questionada a todo o tempo durante a campanha.

Nesta terça-feira, o diretório estadual do PSOL aprovou o apoio crítico à Juliana. Isso significa que a militância do PSOL vai fazer campanha para a pré-candidata do PDT desde que ela absorva propostas dos psolistas. E, se ela for eleita, a sigla não deve participar do governo.

Contudo, após a fala de Romildo, diversas lideranças - como o

ex-prefeito de Porto Alegre José Fortunati (PT), o vereador Pedro Ruas (PSOL) e Edegar Pretto - garantiram o comprometimento de todos os partidos aliados na campanha. “Já dissemos o que o apoio crítico significa. Agora, uma coisa tem que ficar clara. A gente não entrou na coligação para brincar, entramos para ganhar. Se não achássemos que vamos ganhar, teríamos seguido o nosso próprio caminho”, resumi Ruas.

Vários líderes fizeram falas parecidas antes do final da reunião, de modo que muitos saíram da sede do PDT com a sensação de que a aliança estava mais coesa e organizada. “A direita é muito organizada. E uma crítica que se fazia à esquerda é que ela nunca se unia. Chegou um ponto que não temos mais esse direito (de disputarmos a eleição separados). Por isso, estamos unidos em defesa das instituições democráticas”, avaliou Juliana.

Confira as 10 reivindicações à Juliana Brizola na carta de apoio crítico do PSOL

1. Luta pela revisão da dívida do Estado e Orçamento Participativo
2. Valorização e respeito aos trabalhadores e aos movimentos que lutam por direitos
3. Educação pública como prioridade e não mercadoria, e escolas como centros de referência
4. Dignidade nas periferias e política de cuidado com infraestrutura social
5. Compromisso com a vida das mulheres e enfrentamento ao feminicídio
6. Valorização do serviço público e defesa do patrimônio gaúcho. Não às privatizações
7. Segurança pública baseada em inteligência e valorização dos servidores
8. Meio ambiente, desenvolvimento e prevenção de desastres
9. Reforma agrária e apoio aos pequenos agricultores
10. Combate à discriminação e apoio aos segmentos vulneráveis

Legislativo deve concluir hoje a votação do Plano Diretor da Capital

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Os vereadores de Porto Alegre devem votar e aprovar nesta quinta-feira o projeto de Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS), após cerca de um mês e meio de debates e apreciação de emendas referentes ao projeto. Depois, na quinta-feira seguinte, dia 30 de abril, iniciam as votações de emendas da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que estabelece questões mais técnicas e específicas do Plano Diretor da Capital.

Inicialmente foram apresentadas 401 emendas ao projeto. Destas, os vereadores destacaram mais de 300 para serem votadas individualmente ou em bloco no plenário da Câmara Municipal - para destacar uma matéria, eram necessárias 12 assinaturas dos parlamentares. As demais emendas foram aprovadas - 28 - ou rejeitadas - 12 - em comissões da Casa, e não foram destacadas. Ou seja, aquelas aprovadas no plenário ou nas comissões fazem parte da íntegra do projeto a ser votada nesta quinta, que precisa de 18 votos favoráveis para ser aceito.

Considerando que a bancada de oposição ao governo Sebastião Melo (MDB) é composta por 12 vereadores e precisaria convencer parlamentares da base para barrar o projeto, a tendência obser-

vada nos bastidores da Casa é de aprovação do PDUS nesta quinta.

Chamou atenção a celeridade em que foram apreciadas as emendas do Plano Diretor, proposta que é considerada pelo próprio prefeito Melo como a “lei mais importante da cidade”, conforme ele destacou em sua campanha à reeleição, em 2024.

A estratégia da base governista foi de firmar acordos com a oposição para votação de emendas em bloco, bem como a estender as sessões além do tempo regimental e muitas vezes levando votações para a madrugada.

Neste sentido dos acordos, a oposição conseguiu aprovar 20 emendas apresentadas por vereadores da bancada e 2 elaboradas por entidades da cidade.

Caso se confirme a tendência de aprovação do PDUS, os vereadores partem, a partir da quinta-feira seguinte, a apreciar o Luos, que conta com 121 emendas. Conforme a justificativa apresentada pela prefeitura ao projeto, esta proposta “dispõe sobre o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano, detalhando o zoneamento municipal e os parâmetros urbanísticos e edílios em estreita consonância com o Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS)”.

Vereadores da base governista acreditam que a apreciação desta proposta deve levar, em média, o período de um mês para ser finalizada.

CNM defende redistribuição de royalties de petróleo

/ MUNICIPALISMO

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) está defendendo a aplicação de uma lei federal de 2012 que propunha redistribuir os royalties de petróleo entre os entes federados produtores da commodity e os que não a produzem. A legislação havia sido suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que deve retomar a análise do tema em plenário no dia 6 de maio.

A CNM fechou acordo com 19 estados brasileiros das cinco regiões do País para que estes apoiassem a proposta, que constitui, conforme comunicado da entidade, na “aplicação

imediate da Lei 12.734/2012 a partir de maio de 2026, incidindo sobre a totalidade da produção de petróleo, sem as limitações restritivas de ‘excedente de produção’ ou de outros marcos temporais”.

O consultor jurídico da CNM, Ricardo Hermany, reforçou a defesa da proposta durante a reunião na última sexta-feira. “Um município com 211 mil habitantes recebe a totalidade de royalties que atenderia 132, 7 milhões de habitantes. Nós temos uma concentração que se agiganta ainda mais no âmbito subnacional. Precisamos avançar, sim, nessa proposta de consensualismo federativo”, argumentou Hermany.